

A PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2017 A 2020

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-159>

Data de submissão: 10/04/2025

Data de publicação: 10/05/2025

Tiago dos Santos Rodrigues

Mestre em Educação

Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat

tiago.rodrigues@unemat.br

Marilda de Oliveira Costa

Doutora em Educação

Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat

marilda.costa@unemat.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o financiamento da educação básica pública municipal de Cáceres-MT entre os anos de 2017 e 2020, com foco nos gastos dos recursos da educação destinados ao setor privado. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qual-quantitativa e análise documental de dados extraídos de portais de transparência, diários oficiais, o Radar de Controle Público do TCE-MT e outros relatórios financeiros. Os resultados apontam inconsistências nos registros de gastos educacionais, além da intensificação de processos de privatização, como terceirização de serviços, subvenção de entidades privadas e adoção de sistemas privados de ensino. Destacam-se contratos milionários com empresas de transporte escolar, consultorias educacionais e fornecimento de materiais didáticos privados, mesmo havendo estrutura pública para tais serviços. Observou-se ainda a destinação de recursos para fundações e associações, em muitos casos sem justificativas claras ou sem impacto positivo comprovado na qualidade educacional, como evidenciado no contrato de consultoria pedagógica que não resultou em melhoria no IDEB do município. Considera-se assim, que a privatização dos recursos da educação pública em Cáceres ocorre por meio de diferentes dimensões e formatos, muitas vezes dificultando a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos. O estudo contribui para o debate sobre a influência do setor privado na gestão da educação pública e para a necessidade de maior controle social sobre os gastos educacionais.

Palavras-chave: Financiamento. MDE. Privatização.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT) na linha de pesquisa Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, no campo de pesquisa do financiamento e da privatização dos recursos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Tendo como objetivo “analisar a privatização dos recursos da educação pública municipal de Cáceres-MT do ano de 2017 a 2020 dos gastos de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino”.

Pinto (2018) esclarece que, mesmo com os mecanismos de controle sociais desses gastos, ainda ocorrem desvios, pois os controles atuam quando os gastos já foram realizados. Além dos desvios, pode-se dizer que há uma disputa pela privatização desses recursos através das coalizões (alianças políticas diversificadas) que firmam parcerias com candidatos ainda no período eleitoral, para obter vantagens nesse processo de destinação de verbas da esfera pública (Adrião; Domiciano, 2018), (Pinto, 2018). É importante ressaltar que algumas empresas, associações, fundações e institutos, como Instituto Airton Senna, Positivo, Falconi Sistemas, Instituto Singularidade, Fundação Lemann, Itaú Unibanco, o Sistema S, dentre outras tantas que constituem o braço social das grandes empresas e se tornaram especialistas em captar esses recursos públicos, então se faz necessário entender essa privatização, à luz de um debate sobre as relações de força política e de poder envolvidas no processo.

O contexto da pesquisa leva a refletir sobre os processos de privatização dos recursos públicos da educação municipal, incluindo-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e os recursos próprios do Município destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Os recursos do MDE são de suma importância, pois, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal (CF), “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 1988).

Além disso, a pesquisa pode mostrar que existem inconsistências nas contas públicas, pelas prestações de contas que são realizadas pela prefeitura; essas inconsistências de dados dificultam o acesso às informações que são necessárias para a compreensão do funcionamento da máquina pública e dos gastos por ela realizados.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas pesquisas nos diários oficiais dos municípios, e Tribunal de Contas do Estado (TCE), Sistema de Informações sobre Orçamentos

Públicos em Educação (SIOPE), a fim de encontrar as mais variadas despesas dos recursos da educação. Um dos mecanismos que auxiliou nessa pesquisa foi o Radar de Controle Público¹ do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE), no qual foi possível filtrar os gastos dos municípios pesquisados de acordo com a fonte de recursos e a natureza das despesas.

Para se fazer pesquisa em ciências humanas e sociais é necessário ter uma compreensão de teorias que facilitem a compreensão de uma dada realidade na qual se situa o objeto de investigação; a abordagem escolhida aqui foi análise documental de cunho quali-quantitativo, à luz dos referenciais que dão suporte à análise.

É importante ressaltar aqui que um

equívoco a ser evitado é tratar método quantitativo e método qualitativo como estratégias opostas (ou quase rivais) de abordagem. A definição de uma pesquisa com abordagem quantitativa ou qualitativa não é uma escolha pessoal e de empatia do pesquisador, e sim uma decisão tomada a partir das perguntas colocadas na pesquisa. (Lima, 2016, p. 12).

O contexto da pesquisa leva a refletir sobre a privatização dos recursos da educação. Admite-se, aqui, que cada vez mais o papel do Estado vem sendo redefinido e destinando suas atribuições ao setor privado.

Trazer essa concepção da junção quali e quanti se faz necessário, pois, ao se fazer esse tipo de investigação, que busca apontar não apenas valores, mas possíveis coalizões, não pode ser definida por um caráter apenas quantitativo. É necessário ter a compreensão dessa dimensão para análises mais profundadas de materiais coletados. Sandín Esteban (2010, p. 40) propõe que “existem diversos paradigmas, mas que longe de ser incomensuráveis, são complementares, não competitivos, formas igualmente apropriadas de abordar os problemas de pesquisa”.

3 AS CONTRARREFORMAS E AS DIMENSÕES E FORMAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seu “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Previsto também gratuidade no serviço ofertado. A educação é um direito, tratar sobre as contrarreformas e os tipos de privatização é necessário, pois essa educação gratuita, de qualidade e de gestão pública acaba, grosso modo, violado pelas mais variadas formas de privatização que serão tratadas nesta subseção.

¹ Disponível para acesso em: <https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radar_despesa/radar_despesa.html>.

Dentro das reformas neoliberais anteriormente mencionadas os processos de terceirização e privatização estão cada vez mais crescentes e diversificados, ao que se decidiu aqui chamar de “contrarreformas”, corroborando com Borón

Em suma, dificilmente se poderia argumentar que um "paraíso neoliberal" com essas características é muito propenso a sustentar a democracia política. Em vez disso, parece ser um cenário propício para o ressurgimento de novas formas de despotismo político. Consequentemente, as democracias "falsas" da América Latina estão sofrendo o embate não de "reformas orientadas para o mercado", como são eufemisticamente chamadas, mas sim de uma autêntica contra-reforma social disposta a ir a qualquer extremo para preservar e reproduzir as estruturas de desigualdade social e econômica em nossa região. (Borón, 2000, p. 121).

Pois reformas são aplicadas com o intuito de acepilar, e o que acontece nesses casos é apenas o desmonte ou sucateamento dos setores que passam por essas contrarreformas; a educação, é claro, não poderia ficar fora desses ataques neoliberais, pois é considerada um setor que pode proporcionar imenso lucro para as grandes corporações, além do interesse do capital na conformação, via ingerência no currículo para formas de dominação, controle social e manutenção do *status quo*.

Com o surgimento da crise fiscal do Estado e os planos de reformas e ajustes, gerou oportunidades para processos de privatização dos recursos públicos das mais diversificadas maneiras. Como nos aponta Borón (1995, p. 78), “a hegemonia ideológica do neoliberalismo e sua expressão política o neoconservadorismo, adquiriram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado”. Esse enfraquecimento do Estado tinha por finalidade atender aos interesses das classes dominantes, essa crise “se acrescenta no discurso ideológico auto incriminatório que iguala tudo que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto a iniciativa privada aparece como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade” (Borón, 1995, p. 78). O que já é caracterizado como um discurso falho e falacioso que, segundo o autor, não chega nem a resistir a uma pequena análise, pois a corrupção dentro do estado tem parceria com o setor privado e grandes empresários. Borón (1995, p. 79) acrescenta que as consequências desse discurso de se autoincriminar do Estado junto com a crise fiscal acabou por levar diversos governos a adotarem medidas que não eram prudentes ou até mesmo exageradas de sucateamento das estatais. O grande Capital Internacional transformava o Estado em um agente econômico político.

O Estado enquanto agente político tinha condições não apenas de negociar, mas de ditar certas regras, inclusive, com a finalidade de nacionalização de certas empresas

[...] a problemática da época era a das nacionalizações, enquanto atualmente a palavra de ordem é das privatizações. Não há muito se desenhavam projetos de expansão do setor público e as empresas estatais; atualmente a ortodoxia dominante aconselha “diminuir” o Estado,

liquidar suas empresas para fortalecer o setor privado da economia, e nossos governos estão atuando em função dessas novas ideias. (Borón, 1995, p. 80).

O autor toma a Argentina como exemplo de processos de privatização das empresas públicas “transferindo escandalosamente, a preços irrisórios e sem precauções mais elementares” (Borón, 1995, p. 81). Esses bruscos processos de privatização trazem consequências para a população socialmente mais vulnerável e geram lucros para grandes corporações.

Diferentemente do que foi feito em outros países, como feito por Margaret Thatcher. O patrimônio estatal construído ao longo de anos foi entregue a multinacionais ou empresas de capital estrangeiro. “Toda essa insensatez foi justificada por uma ideologia crumente “privatista” que, incentivada pelos tecnocratas ligados às instituições financeiras internacionais, sustenta que tudo o que o estado faz é ineficiente e corrupto; e que tudo que faz o setor privado é bom, eficiente e virtuoso” (Borón, 1995, p. 82).

No Brasil, com as reformas do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), iniciaram-se grandes processos de privatização em diversos setores; mantendo aqui o foco na educação é importante esclarecer que a privatização não se trata somente da venda direta de uma empresa estatal para a iniciativa privada, os processos de privatização são muito mais articulados e muitas vezes podem até passar despercebidos.

Com a reforma do Aparelho do Estado ocorre criação da figura jurídica do público não-estatal que é “conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos” (Bresser-Pereira; Grau, 1999, p. 16). Pode ser colocada como a quarta esfera, voltada para o interesse público, porém sem fins de lucro, porém direcionada pela lógica privada. Costa (2011) esclareceu que

A criação da figura jurídica do público não-estatal possibilitou a abertura ao mercado e a setores a ele ligados, como o Terceiro Setor mercantil, que recebe financiamento público e firma parcerias com esse poder, criando uma situação nova, de relações muito complexas, que extrapola a simples definição de propriedade do público e do privado. [...] É importante compreender esse movimento de transição no papel do Estado porque ele é marcado pela hegemonia do capital, cujas estratégias para a superação da própria crise incluem o apelo ideológico para formação de consenso junto a alguns setores da sociedade civil em torno de interesses do capital. (Costa, 2011, p. 53-54).

Em dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.079, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Brasil, 2004, p. 01), como trata Adrião (2018), ao esclarecer que o termo

“parceria” tem um papel de acobertamento da real ideia de privatização, dificultando assim sua explicação.

A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo Banco Mundial (BM), as quais no Brasil foram reguladas pela Lei Federal nº. 11.079 de 30/12/04. Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases – Nº 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro. (Adrião, 2018, p. 09).

Em outra definição, Ball e Youdell (2007, p. 03) utilizam os termos “Privatización Encubierta en La Educación Pública” para se referir a essas formas “secretas” ou “encobertas” de privatização. As abordagens dos processos de privatização têm viés no Estado Mínimo e no Livre Mercado, o reducionismo estatal, abrindo espaço para a ação da iniciativa privada.

Os autores consideram dois tipos principais de privatização: as endógenas, ou endoprivatização, e as exógenas, ou exoprivatizações.

As privatizações endógenas são definidas como

a importação de ideias, métodos, práticas do setor privado para tornar o setor público cada vez mais como empresa e cada vez mais comercial [...] A primeira forma de privatização, segundo a qual o setor público é solicitado a comportar-se cada vez mais como o setor privado, generalizado e tão bem consolidado (Ball; Youdell, 2007, p. 13).

Esse tipo de privatização acontece de dentro para fora da própria instituição ou setor, pode ser colocado quando as lógicas de competição do mercado são inseridas nas escolas públicas na busca por resultados mais satisfatórios com baixo custo. Ranqueamento, estandardização dos resultados de avaliações, gratificações por desempenho, são alguns exemplos que podem ser utilizados para explicar o que seriam as endoprivatizações.

Esses modelos de mercado quando inseridos na educação tendem a levá-la para o valor “neutro” do mercado, colocando que o mérito dessas competições seja mais justo e promovem equidade. Pode-se incluir aqui inclusive a ideia de meritocracia.

As exoprivatizações “envolvem a abertura dos serviços de educação pública à participação do setor privado, através de modalidades baseadas no benefício econômico, bem como na utilização do setor privado em termos de concepção, gestão ou provisão diferentes aspectos da educação pública” (Ball; Youdell 2007, p. 13). Nesse modelo aplica-se a intervenção direta da esfera privada na educação. As chamadas contrarreformas acabaram por ampliar essa participação direta através das mais variadas formas de contratos e desobrigações do Estado. Adrião (2018) identifica três dimensões de privatização, a da oferta, a da gestão e a do currículo. De acordo com a autora, a privatização da oferta

ocorre através do financiamento público para instituições privadas, ofertas privadas e incentivo parental (*voucher, Chater school, homescholing*); a privatização da gestão tanto da escola quanto da gestão pública; e a privatização do currículo com currículos prontos, e sistemas privados de ensino (Adrião, 2018, p. 11).

De forma mais clara e direta essas três dimensões de privatização ocorrem da seguinte forma:

privatização da *oferta educacional*, operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. [...] Esta dimensão da privatização pode ser captada em dois âmbitos: *privatização da gestão educacional*, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e *privatização da gestão escolar* relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores. [...] A última dimensão refere-se à *Privatização do currículo*. Trata-se de processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou sistemas públicos os desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, seja ainda por meio dos Sistemas Privados de Ensino (SPE). Trata-se da privatização dos processos pedagógicos *strictu sensu*, envolvendo as relações entre professor/a, estudante e conhecimento. (Adrião, 2018, p. 11-12, grifos da autora).

A primeira dimensão a ser tratada é a dimensão da oferta e, sobre isso, a autora destaca que no Brasil, a educação é “livre à iniciativa privada”, o que objetivamente significa a possibilidade de criação de escolas, por pessoa jurídica de direito privado (Adrião, 2018). Ainda de acordo com a autora, “uma primeira forma pela qual se materializa a privatização da oferta educacional relaciona-se à vigência de mecanismos de subsídio público a organizações privadas por meio de contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação” (Adrião, 2018, p. 13); ainda sobre essa forma, a autora destaca que existem formas indiretas de subvenção pública de instituições e formas diretas, sendo a primeira como a isenção de impostos e, no segundo caso, a restituição do Imposto de Renda com gastos em educação privada (Adrião, 2018).

A segunda dimensão de privatização trata da Privatização da gestão da educação pública, que, segundo autora

Resultam de alterações no marco regulatório pós Constituição Federal de 1988, especialmente da Emenda Constitucional (EC) nº 19 de 1998 a partir da qual instituições privadas associam-se a governos por meio de diferentes mecanismos como contrato de gestão; termos de parceria, acordo de colaboração e de fomento e as parcerias público-privadas propriamente ditas. [...] Para efeito de caracterização, pois em geral encontram-se simultaneamente aplicadas, os processos de privatização da gestão da educação são percebidos em dois âmbitos: no âmbito das redes públicas de ensino, assumindo um caráter sistêmico e consubstanciando a privatização da gestão educacional e, quando as políticas e programas de privatização incidem sobre a gestão de unidades escolares específicas, denomina-se privatização da gestão escolar. Em um e outro caso trata-se da delegação pela esfera pública, dos processos relativos às tomadas de decisão sobre os fins da educação e os processos necessários ao seu atendimento. (Adrião, 2018, p. 17).

A autora chama atenção, ainda, para a privatização da gestão educacional e a privatização da gestão escolar, sendo a primeira caracterizada pela presença de corporações que têm lucro direto com a venda de produtos ou lucro indireto com as mediações; já no segundo caso se caracteriza pela transferência da escola pública para outras instituições (Adrião, 2018).

A terceira dimensão se refere à privatização do currículo escolar que “não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.)”, mas vai além, nesse caso, com o setor privado fazendo a “definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares (Adrião, 2018, p. 20).

Identificar e compreender as dimensões e formas de privatização da educação são tarefas essenciais para se entender como funcionam os gastos dos recursos que financiam a educação, pública no Brasil, e não somente isso, mas a grande influência da presença dos grandes grupos empresariais na educação brasileira como propõe Adrião et al. (2016).

A seção a seguir trata sobre a estrutura político-administrativa do Brasil e os aspectos principais do financiamento da Educação Básica no Brasil, trazendo sua estrutura legal e suas fontes de recursos, com foco no Fundeb e nos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

4 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PARA A ESFERA PRIVADA

A análise da destinação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) permite identificar como se materializam os processos de privatização da educação pública municipal. Nesta seção, são apresentados dados referentes aos contratos e repasses realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT entre os anos de 2017 e 2020, evidenciando a transferência de recursos públicos para instituições privadas por meio de diferentes modalidades. Os valores, corrigidos monetariamente, revelam a recorrência de gastos com transporte escolar, sistemas privados de ensino, consultorias, serviços terceirizados e aluguéis, configurando múltiplas formas de inserção do setor privado na gestão educacional pública. A seguir, as tabelas organizam esses dados ano a ano, acompanhadas de análises que articulam os dados empíricos com as dimensões de privatização discutidas anteriormente.

A tabela abaixo traz as privatizações realizadas pela secretaria municipal de educação no município no ano de 2017.

Tabela 1 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações; Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2017 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
PRINCESA TURISMO EIRELI	R\$ 4.673.044,30	R\$ 5.874.165,29
EDITORIA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 464.607,52	R\$ 584.026,43
OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 275.000,00	R\$ 345.683,75
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 62.606,24	R\$ 78.698,03
LIONS CLUBE DE CÁCERES PORTAL DO PANTANAL	R\$ 12.000,00	R\$ 15.084,38
KHRONOS SEGURANCA PRIVADA LTDA	R\$ 8.282,88	R\$ 10.411,84

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radaradespesa/radaradespesa.html>>.

Chama atenção que, mesmo tendo uma frota própria de 44 veículos², de acordo com dados obtidos no portal da transparência do município, em patrimônio: veículos, a Secretaria de Educação estabeleu contrato com a empresa Princesa Turismo para realizar transporte de alunos da zona rural para finalização do ano letivo.

Uma das dimensões de privatização, a qual Adrião (2018) categoriza como privatização do currículo, como a “compra ou adoção pelo poder público de Sistemas privados de ensino (SPE)” (Adrião, 2018, p. 11), e que na rede municipal se deu pela adoção do sistema de ensino Aprende Brasil, para o qual foram destinados R\$ 584.026,43, para compra de pacotes de serviços, que incluem material apostilado, cursos de qualificação e sistemas de avaliação; vale ressaltar que as apostilas são destinadas apenas para as turmas da pré-escola dois da Educação Infantil, que, de acordo com a proposta inicial, seriam implantados gradativamente nos anos subsequentes, porém até o ano de 2020 permaneceu apenas com a etapa mencionada. Adrião et al. (2016, p. 127) destacam que “os SPEs têm como principal propósito carrear recursos públicos escassos para o lucro dos grupos empresariais. Tem-se, assim um efeito negativo no objetivo de reduzir desigualdades sociais e educacionais”, e ressaltam que “diferentemente do PNLD, a compra dos pacotes pelos municípios não preserva a autonomia de professores nem de escolas na escolha dos materiais e das metodologias ofertadas”; Adrião (2018) identifica esse processo como uma dimensão de privatização da gestão educacional.

Os R\$ 345.683,75 destinados à OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA., que fornece “prestação de serviços de softwares voltado exclusivamente para Gestão Educacional (administrativa, pedagógica e estatística) incluindo conversão de dados, implantação imediata, manutenção remota, com treinamento operacional, orientação diária, formação continuada, e com licença de uso para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação³”.

² Disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparencia/>>.

³ EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 008/2018 TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 103/2014-PGM, disponível em: <<https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/438788/>>.

A Fundação Julio Muller aluga um prédio para funcionamento de escola desde o ano de 2015; em 2017, tendo recebido R\$ 78.698,03, a escola atendeu 248 matrículas, representando 2,7% das matrículas da rede pública municipal. O contrato estabelecido continuou sendo renovado durante o período da pesquisa. Mais adiante será apresentado o total de gastos com essa iniciativa, o total de alunos atendidos, para entendermos se tais recursos poderiam estar sendo investidos na infraestrutura das escolas existentes e na construção de outras unidades de ensino.

O repasse ao LIONS CLUBE DE CÁCERES PORTAL DO PANTANAL tem origem com o Termo de Cooperação e Convênio nº 003/2017, Convênio que tem por objetivo a “Implantação do Programa Lions Quest, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Cáceres no Ano Letivo de 2017, para alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental”; dentro das cláusulas da implementação do projeto a prefeitura dará o suporte pedagógico e operacional, através da Secretaria Municipal de Educação, e a disponibilização de profissionais do quadro efetivo de Técnicos/Assessores Pedagógicos da SME; já o Lions Clube Cáceres Portal do Pantanal, realizará através do Programa Lions Quest, juntamente com seu Instrutor Nacional, a Capacitação e Treinamento dos Professores preferencialmente efetivos, indicados pela SME, que atuarão nas salas de aula. Então, além do valor repassado, ainda houve o remanejamento de pessoal para a execução do projeto de parceria; além de ferir a autonomia docente, o município ainda disponibiliza o profissional do serviço público para executar os serviços da iniciativa privada.

Apresentados os dados do ano de 2017, na sequência da pesquisa segue agora o ano de 2018, cuja tabela abaixo traz Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas, que estabeleceram contrato com a secretaria municipal de educação.

Tabela 2 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2018 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
PRINCESA TURISMO EIRELI	R\$ 2.519.943,73	R\$ 3.044.473,29
VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 2.007.727,13	R\$ 2.425.638,14
EDITORIA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 470.762,11	R\$ 568.751,86
OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	R\$ 220.000,00	R\$ 265.793,29
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 65.270,02	R\$ 78.856,06
PELEGRIANO & CIA LTDA.	R\$ 41.980,00	R\$ 50.718,19
ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO	R\$ 26.250,00	R\$ 31.713,97
SARMENTO CONCURSOS LTDA.	R\$ 22.500,00	R\$ 27.183,40

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em:
<<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radaradespesa/radaradespesa.html>>.

A mesma empresa que prestava serviços de transporte escolar no ano de 2017, permaneceu no ano de 2018, no entanto, nesse ano houve a contratação de mais uma empresa, a VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA., que recebeu o valor de R\$ 2.425.638,14; no mesmo período o município informou no portal da transparência 42 veículos de transporte escolar, entre ônibus e micro-ônibus.

Há também a permanência de alguns contratos, como da Crosscard Administradora de Cartões, o seguimento do pagamento de dívidas para a empresa Energisa, a Editora Aprende Brasil, Ômega Tecnologia da Informação, Fundação Júlio Muller. Além disso, a razão social Pelegrino & Cia Ltda. é outra razão social referente à Ômega Tecnologia da Informação.

A razão social ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO pertence a uma empresa de contabilidade, contratada para prestar serviços para a Secretaria de Educação; apesar da Prefeitura ter realizado concurso para a vaga de contador no ano de 2017, os candidatos aprovados ainda não haviam sido convocados. De acordo com a transparência do município, havia apenas 3 contadores em exercício em janeiro de 2018, finalizando o ano com 7 profissionais efetivos.

A empresa SARMENTO CONCURSOS LTDA. foi contratada para realizar processo seletivo; o primeiro feito de provas e títulos em 10 anos, pois as contratações eram feitas mediante apenas à análise de títulos.

A tabela abaixo traz alguns dos gastos que o município de Cáceres teve com manutenção e desenvolvimento do ensino no ano de 2019.

Tabela 3 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2019 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	R\$ 5.217.454,03	R\$ 6.103.591,12
FALCONI CONSULTORES S.A.	R\$ 700.000,00	R\$ 818.888,63
PELEGRINO & CIA LTDA.	R\$ 621.696,35	R\$ 727.285,82
EDITORIA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 505.503,02	R\$ 591.358,11
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 75.740,40	R\$ 88.604,22
SARMENTO CONCURSOS LTDA.	R\$ 16.630,44	R\$19.454,97

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis em:
<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radaradespesa/radaradespesa.html>.

Em 2018 a empresa VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA. recebeu R\$ 2.425.638,14 para realização do transporte escolar dos alunos, já no ano de 2019 a mesma empresa recebeu R\$ 6.103.591,12 - um aumento de 151,62%; de acordo com os dados do portal da transparência do município, a frota de ônibus e micro-ônibus escolares era de 44 veículos pertencentes à Secretaria

Municipal de Educação. De acordo com dados obtidos no site <<https://transparencia.cc/>>, o dono dessa empresa tem mais 5 CNPJ no estado de Mato Grosso, nas cidades de Pontes e Lacerda e Campo Novo do Parecis.

O valor pago à empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S/A foi de R\$ 2.258.521,41; essa empresa fornece serviço de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos em postos de combustíveis, porém apenas os que são credenciados com a empresa, sem a necessidade de licitação ou pesquisa de preços, acrescentando também o fornecimento de peças para manutenção veicular.

Dentre os contratos que foram mantidos pela secretaria, um dos que chama atenção foi o realizado com a empresa FALCONI CONSULTORES S.A. que recebeu R\$ 818.888,63. Essa empresa de consultoria foi contratada para desenvolver um projeto de gestão no município, tendo como uma de suas prioridades o aumento do IDEB municipal.

Conforme Rodrigues e Costa (2021, p. 56),

Inspirado nos serviços prestados pela Falconi ao município de Sobral-CE e nos resultados do Ideb no referido município, o Prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz, contratou os mesmos serviços com a mesma finalidade, ou seja, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município.

Porém, esse aumento acabou não acontecendo na avaliação de 2019, conforme apontam os próprios autores:

[...] o Ideb do município para as turmas de 5º ano, não teve aumento significativo, [...] o aumento foi de apenas 1 décimo, e, no Ideb do 8º ano o resultado se manteve inalterado, ou seja, o município investiu mais de setecentos mil reais na compra de uma consultoria que não gerou resultados positivos, mostrando que o discurso da qualidade do setor privado é falacioso e tendencioso. (Rodrigues; Costa 2021, p. 58)

O projeto citado contemplou 23 escolas da rede, sendo 16 urbanas e 7 rurais, tendo duração de apenas um ano, sendo extinto em 2020. Além do repasse em dinheiro para a empresa, houve o remanejamento de profissionais da secretaria para desenvolver o projeto, além do uso de veículos da secretaria para transporte dos profissionais da empresa que eram levados até as unidades escolares. Adrião (2018) esclarece que se trata de uma dimensão de privatização da gestão, sendo uma “transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs” (ADRIÃO, 2018, p. 11).

As empresas EDITORA APRENDE BRASIL LTDA. e FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER, se mantiveram presentes nos gastos com MDE no ano de 2019, realizando o mesmo tipo de prestação de serviços dos anos anteriores; no caso da fundação Júlio Strubling Muller de 2018 para 2019 o valor pago teve um reajuste de 12,36%.

Para realização de processo seletivo simplificado foi feito contrato com a SARMENTO CONCURSOS LTDA. no valor de R\$ 19.454,97; a Secretaria realiza vários processos de seleção ao longo do ano para preenchimento de cargos em vacância temporária, ou não, em seus diversos segmentos, porém acabam utilizando mais de uma empresa para realização de seletivo simplificado de títulos; vale ressaltar que a Secretaria possui uma equipe no setor pedagógico responsável por realizar processos de seleção simplificados para preenchimento de vagas ociosas.

A tabela de número 4, abaixo, mostra os gastos de manutenção e desenvolvimento do ensino realizados no ano de 2020; destaca-se o fato de que, foi o primeiro ano da pandemia COVID-19.

Tabela 41 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2020 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL EMPRESA	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
PRINCESA TURISMO EIRELI	R\$ 649.559,85	R\$ 728.476,37
PELEGRINO & CIA LTDA.	R\$ 560.952,57	R\$ 629.103,99
PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI	R\$ 297.671,67	R\$ 333.836,49
EDITORIA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 261.473,88	R\$ 293.240,94
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 78.629,03	R\$ 88.181,85

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em:
<<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radaradespesa/radaradespesa.html>>.

Algumas empresas, como TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, PRINCESA TURISMO EIRELI, PELEGRINO & CIA LTDA, EDITORA APRENDE BRASIL LTDA., FUNDACAO EDUCACIONAL JÚLIO STRUBLING MULLER ainda se fizeram presentes no último ano da pesquisa, fornecendo os mesmos serviços.

Destaca-se que o valor repassado à Editora Aprende Brasil, foi 50,41% menor do que no ano de 2019, porém, deve-se levar em consideração a suspensão das aulas presenciais causada pela pandemia, com a consequente suspensão do contrato. Mesmo assim os materiais disponibilizados não chegaram a ser utilizados, pois, com o retorno das aulas por apostilamento os próprios professores da rede elaboraram as apostilas a serem entregues para os alunos, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental; ressalva-se que não há nenhuma informação no diário oficial sobre a devolução de valores pela empresa ao erário público do município.

A empresa PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI é caracterizada como “Empresa Prestadora de Serviço de Mão de Obra, de Agente de Apoio e Logística Operacional e Administrativo – Motorista destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres – MT”, essa empresa estabeleceu contrato com a secretaria no ano de 2019, porém, seu pagamento foi realizado no ano de 2020; assim como a continuação do contrato, aponta-se que no ano

de 2020 a Secretaria Municipal de Educação possuía 42 motoristas em sua folha de pagamento, todos pertencentes ao quadro de servidores efetivos/estáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo da pesquisa que foi “Analisar o financiamento da educação básica pública municipal de Cáceres-MT entre os anos de 2017 e 2020, com foco nos gastos dos recursos da educação destinados ao setor privado”. E tendo como questão norteadora da pesquisa: Como são privatizados os recursos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino na rede pública municipal de educação de Cáceres-MT?

Para atender os objetivos e a questão da pesquisa percorremos o caminho teórico metodológico que possibilitou compreender as alterações no papel do Estado e da administração pública e as reformas daí decorrentes para as políticas educacionais, orientadas pela corrente neoliberal, posteriormente, associada à Terceira via. Tais medidas promoveram profundas mudanças em diversas áreas, sobretudo nas instituições estatais, levando a um novo modelo de sociabilidade. O campo educacional foi seriamente alterado, pois tais medidas possibilitaram a introdução da lógica empresarial na coisa pública, promovendo possibilidades de negócios para o setor privado mercantil, Fundações, Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil, dentre outras, aumentando os processos de privatização da educação por meio de diferentes formatos e dimensões.

Os autores que deram sustentação à questão e aos objetivos foram os seguintes: Harvey (2005; 2008), Costa (2011), Adrião (2018), Pinto (2018), Mészáros (2011), Anderson (1995), Borón (2003), Dowbor (2016), Sousa (2019), Adrião e Pinto (2016) Croso e Magalhães (2016), Peroni (2020), entre outros, que ajudaram a compreender as redefinições do papel do Estado, com o avanço do neoliberalismo no Brasil, os processos de privatização e o funcionamento do financiamento da Educação Básica no Brasil a partir da CF de 1988.

De forma articulada a processos de privatização, abordamos a produção sobre o financiamento da educação no Brasil, destacando os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), tanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quanto aqueles percentuais já previstos constitucionalmente.

Dessa forma, os municípios devem destinar no mínimo 25% de sua receita para a Manutenção de Desenvolvimento do Ensino, e, conforme o Artigo 212 da CF, tem sua destinação prevista no Artigo 70 da LDB. A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de

que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, estabelece em seu Art. 23. que “é vedada a utilização dos recursos dos Fundos: I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (BRASIL, 2007).

Para Pinto (2018) nos mecanismos de controles sociais nos gastos com educação ainda são passíveis de ocorrerem desvios, pois os controles atuam quando os gastos já foram realizados. Além disso, facilitam os processos de privatização e disputas pelos fundos públicos da educação (Adrião et al., 2016); (Pinto, 2018).

A pesquisa foi realizada em portais de transparência, Diário Oficial Eletrônico dos municípios, SIOPE, Radar de Controle Público do Estado de Mato Grosso, dos quais foram extraídas informações em relatórios oficiais, leis orçamentárias, Relatórios de Execução, publicação de contratos etc. A partir disso foi possível extrair os dados necessários para as análises e considerações à luz do referencial teórico elaborado.

Para dar maior organicidade aos resultados, organizamos algumas categorias que emergiram da pesquisa:

Com base nos dados coletados e os resultados encontrados, foi possível perceber que muitos dados publicados apresentam inconsistências de acordo com a fonte pesquisada, por exemplo, no Radar do Tribunal de Contas, é publicado um valor, no SIOPE um valor que não é compatível, além disso, nas publicações no Diário Oficial dos Municípios nem sempre os contratos publicados pela PGM estão expostos de maneira clara, os aditivos de contrato não apresentam valores, apenas o prazo de extensão, dificultando assim uma pesquisa mais detalhada, clara e minuciosa.

As matrículas analisadas na rede pública municipal mostram a sobrecarga do município, atendendo uma grande parcela dos alunos do município de Cáceres em relação à rede pública estadual.

Corroborando com Adrião e Silva (2020), constatou-se a presença de organizações que estão promovendo a privatização da educação, assim como sua intensificação após 2016.

Conclui-se, dessa forma, que, em Cáceres os processos de privatização estiveram presentes nos quatro anos da pesquisa, em suas diferentes dimensões e formas, como coloca Adrião (2018), e por meio de terceirizações como uma forma de transferência de responsabilidades do Estado para a esfera privada, conforme Costa (2011). Empresas, institutos, associações, fundações recebem recursos da educação, direcionados pela lógica de expansão e de acumulação desenfreadas do Capital (Mészàros, 2011).

A subvenção de escolas privadas com e sem fins lucrativos, com recursos públicos da SME, é destacada em 2017, por meio do portal da transparência, sendo que nos demais anos esses repasses não estão presentes.

A prefeitura faz gastos com os quais não ficam claras suas justificativas, como por exemplo, o aluguel de empresa de transporte escolar; mesmo o município tendo frota própria para atender as demandas da SME, a contratação de uma empresa para o pagamento de vale alimentação dos servidores, sendo que, o pagamento de auxílio alimentação direto em folha não tem incidência em previdência ou imposto de renda.

Importante destacar os gastos com pagamentos de reconhecimento de dívidas realizados pela SME, nos quais as publicações da PGM não deixam claras se as dívidas são da educação, ou não.

A adoção do SPE Aprende Brasil teve um impacto milionário ao longo da pesquisa, ultrapassando 2 milhões de reais gastos com a contratação; esse gasto se deu somente para o atendimento dos alunos da pré-escola II da Educação Infantil, apesar de a propaganda inicial acenar para o avanço do uso desse material em anos subsequentes do Ensino Fundamental. Frente à não justificativa da pasta da educação para a adoção de SPE na Educação Infantil, questiona-se: a antecipação da escolarização dos alunos na educação infantil tem relação com a preparação dos mesmos no Ensino Fundamental, para os testes/avaliações em larga escala? Destaca-se ainda que o currículo é a dimensão da política educativa que mais sofre privatização em Cáceres, além dos processos de terceirização.

A prestação de serviços de tecnologia da informação para o município gera um impacto alto nos percentuais de gastos, sendo que a contratação é feita ano a ano, não sendo realizada a aquisição de um domínio pela prefeitura, necessitando tanto da plataforma quanto de cursos de formações para os secretários.

Aponta-se o aluguel de prédio por meio de Fundação para funcionamento de unidade escolar que atende apenas uma pequena parcela do número de matrículas do município. Os recursos públicos destinados a essa despesa poderiam ser melhor aplicados em reformas e/ou construção de escolas da rede, materiais didáticos para escolas de Educação Infantil, por exemplo, valorização dos profissionais da educação, dentre outros gastos que revertessem na melhoria da qualidade social da educação pública municipal.

A materialização de projeto de gestão escolar, com intuito de melhorar o IDEB do município, realizado somente no ano de 2019, com gasto ultrapassando os 800 mil reais, projeto esse ao que Rodrigues e Costa (2021) apontam que não gerou resultados positivos no IDEB do município. Reforçando que o discurso da eficiência do setor privado frente ao setor público, se trata de uma falácia.

Após destacar as principais dimensões de privatização da educação do município, o quadro abaixo mostra a natureza jurídica dessas instituições, mostrando seus segmentos.

Quadro 1 - Natureza jurídica das instituições presentes nos processos de privatização em Cáceres-MT

RAZÃO SOCIAL	NATUREZA JURÍDICA
Editora Aprende Brasil	Sociedade Empresária Limitada (206-2) ⁴
Falconi Sistemas	Sociedade Empresária Limitada
Ômega – Tecnologia Da Informação	Sociedade Empresária Limitada
Fundação Educacional Júlio Strubling Muller	Associação Privada

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se a presença da natureza Sociedade Empresárias Limitada, já a Associação Privada da fundação Júlio Muller se define de acordo com o Art. 53 da Lei n.º 10.406, de 07/01/2002⁵ (Código Civil). “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”, ou seja, não se enquadra como uma associação com fins de lucro.

Ao analisar todos os dados obtidos, pode-se dizer que o percentual de recursos que são destinados ao setor privado tem grande impacto nos gastos com MDE; além disso, a presença de instituições que buscam captar esses recursos vem crescendo cada vez mais. Parafraseando Darcy Ribeiro, “a crise da educação do Brasil não é uma crise; é projeto”.

⁴ As entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresária, cujo capital social é dividido em quotas, iguais 22 ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, que responde de forma restrita ao valor de suas quotas, porém todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. A firma ou denominação social é sempre seguida da palavra “limitada” ou Ltda.”. Os seus atos constitutivos, alteradores e extintivo são arquivados na Junta Comercial. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016/206-2-sociedade-empresaria-limitada.html>

⁵ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02#art-53>

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Curriculum sem Fronteiras*, [S.l.], v. 18, p. 8–28, 2018.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113–131, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>. Acesso em: fev. 2022.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018.

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José Marcelino de Rezende. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 11–15, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016162765>. Acesso em: fev. 2022.

ADRIÃO, Theresa; SILVA, Rui da. Public funding to private providers of compulsory education: crossed looks between Brazil and Portugal in the context of globalisations. *Globalisation, Societies and Education*, [S.l.], v. 18, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14767724.2020.1764336>. Acesso em: jan. 2021.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9–23.

BALL, Stephen J. *Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen J.; YODELL, Deborah. Privatización encubierta en la educación pública. Bruxelas: Internacional de la Educación, 2007. Disponível em: http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

BORÓN, Atilio A. Introducción después del saqueo: el capitalismo latinoamericano a comienzos del nuevo siglo. In: BORÓN, Atilio A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar>.

BORÓN, Atilio A. *Tras el Búho de Minerva: mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BORÓN, Atilio A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 25–47.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15–48.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRITO, Adriana Rodrigues dos Santos; RODRIGUES, Tiago. A influência do pensamento de Paulo Freire na produção do conhecimento pós golpe: um balanço de 2016 a 2020. In: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio (org.). *100 anos com Paulo Freire*. Chapecó: Livrologia, 2021. v. 3, p. 263–282.

CECCON, Ellen Cristina. Destino dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino: mapeamento dos repasses para o setor privado em Minas Gerais e Pará. Campinas: [s.n.], 2018.

COSTA, Marilda de Oliveira. Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COSTA, Marilda de Oliveira; DOMICIANO, Cassia. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. *Educação em Revista*, Curitiba, v. 36, e70086, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100208&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2021.

COSTA, Marilda de Oliveira; RODRIGUES, Tiago dos Santos. Contratos de sistemas privados de gestão e os impactos do Projeto Aviva Escola no IDEB de Cáceres-MT. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA DO GREPPE, 7., 2021, Campinas. Anais [...]. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 2021. p. 55–59. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/anais_21_06_versaofinal.pdf. Acesso em: set. 2021.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17–33, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.

RODRIGUES, Tiago dos Santos; COSTA, Marilda de Oliveira. Contratos de sistemas privados de gestão e os impactos do Projeto Aviva Escola no IDEB de Cáceres-MT. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA DO GREPPE, 7., 2021, Campinas. Anais [...]. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 2021. p. 55–59.

RODRIGUES, Tiago dos Santos; SOUZA, Lourdes Aparecida de. Produção de conhecimento: mapeando as fronteiras das dissertações sobre educação ambiental no programa de pós-graduação em ciências ambientais - UNEMAT do ano de 2010 a 2020. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, n. 30, p. 162–179, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revgeo>. Acesso em: dez. 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho acadêmico e científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.